



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP Nº18/2025

## INTRODUÇÃO

### Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;*

*“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;*

*“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;*

*“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;*

*“III – levantamento de mercado, [...]” (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 5 deste documento;*



*“VI – estimativa do valor da contratação, [...]”* (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

*“IV – descrição da solução como um todo, [...]”* (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

*“VII – justificativa para o parcelamento ou não da solução;”* (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

*“X – demonstrativo dos resultados pretendidos, [...]”* (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

*“XI – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, [...]”* (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

*“VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes”* (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 11** deste documento;

*“XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, [...]”* (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 12** deste documento;

*“XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.”* (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 13** deste documento;

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público.

Por este Estudo Técnico Preliminar – ETP, intui-se em apoiar a comunidade jovem, parcela da população que se dedica a sua formação instrucional, de modo indispensável para garantir o acesso e a frequência as instituições de ensino, tanto da rede pública quanto da rede privada de graduação, e ainda, para embasar o Termo de Referência Entende-se que o serviço deva ser contínuo devido à essencialidade e necessidade pública permanente à Administração considerando que a interrupção comprometeria a continuidade das atividades educacionais. Pelas características, pode ainda ser classificado como de natureza comum. Depois de realizada a licitação, faz-se necessária a formalização do contrato, identificação e contato com o preposto para que as atividades se iniciem e por consequência a gestão e a fiscalização do contrato.

**SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### 1.1. Contexto da Situação Problema:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: dezembro/2023  
Estudo Técnico Preliminar – Transporte de alunos  
Para Pregão Eletrônico  
Aprovado pela Equipe de Contratação - São Jorge D'Oeste/PR





Trata-se de prestação de serviços de transporte de acadêmicos residentes no município e matriculados no ensino público e/ou privado, nos Municípios de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco, municípios que oferecem vários cursos de graduação, de formação de profissionais, de modo que acredita-se um número suficiente para atender as expectativas dos estudantes locais.

1.1.13 Quanto ao transporte acadêmico em específico, na Lei Municipal nº 779/2017, tem-se que é disponibilizado o transporte de estudantes de 1ª Graduação ou Curso Técnico para os seguintes Municípios e Instituições, nos termos do Art. 1º da Lei: Pato Branco/PR; Francisco Beltrão/PR; e, Dois Vizinhos/PR.

1.1.1.1 Quanto aos horários disponibilizados, tem-se considerado o transporte nos períodos diurnos e noturnos.

1.1.1.2 Das características, critérios de seleção dos estudantes, bem como da contrapartida por estudante, para poderem ser beneficiados pelo Programa de Transporte Universitário e de Cursos Técnicos, estão descritos no Art. 5º e Art. 6º da Lei nº 779/2017.

1.1.1.3 Do quantitativo máximo de vagas disponibilizadas pela Administração, para cada um dos destinos, estão elencadas no §1º do Art. 9º da Lei nº 779/2017.

## 1.2 - Justificativa da Contratação:

1.2.1 A Contratação de serviços de transporte acadêmico, em regime de execução indireta e de forma contínua, com motoristas e veículos sob a responsabilidade da empresa, deverá estar disponível de segunda a sexta e também deverá estar disponível nas reposições de aulas (sábados), por um período de 12 meses, considerando 200 dias letivos, e viagens extras curriculares, extraordinárias, porém vinculadas a atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, abrangendo inclusive, viagens para realização de provas do ENEM nestes municípios.

1.2.2 São Jorge D'Oeste está sob a jurisdição do Núcleo de Educação Regional de Dois Vizinhos/PR, regido pela Resolução SEED 777 de 18 de fevereiro de 2013, e quanto ao transporte escolar, conforme competências atribuídas nos termos do inciso VII do Art. 10 da Lei nº 9.394/1996.

1.2.3 A presente contratação de serviço de transporte acadêmico pretende atender todos os alunos matriculados na graduação, bem como, os estudantes de nível técnico que irão aos municípios de Dois Vizinhos/PR, Francisco Beltrão/PR e Pato Branco/PR.

1.2.4 Desta forma, espera-se os seguintes benefícios:

**BENEFÍCIO 1:** Otimização do transporte adequado aos acadêmicos, em relação principalmente nas questões de pontualidade, conforto e acessibilidade;

**BENEFÍCIO 2:** Atender a todos os preceitos legais vigentes nas condições de efetuar este tipo de serviços de transporte;



BENEFÍCIO 3: Reduzir os gastos com aquisição e manutenção de veículos especificados para este tipo de transporte;

BENEFÍCIO 4: Elevar a qualidade na formação dos jovens e adultos;

BENEFÍCIO 5: Garantir a acessibilidade aos estudantes a todas às atividades letivas e curriculares;

BENEFÍCIO 6: Reduzir a sub formação profissional;

BENEFÍCIO 7: Garantir a boa execução dos serviços contratados, sempre embasados nos princípios da eficiência e sustentabilidade;

BENEFÍCIO 8: Garantir as condições adequadas de segurança aos estudantes e ao patrimônio público da comunidade escolar;

1.2.5 Justifica-se igualmente a contratação, pela indisponibilidade atual, de veículos próprios, de modo que seria necessário alto investimento em momento único, fato que poderia comprometer a atuação da Administração em outras áreas com necessidades contemporâneas;

## SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### 2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.1.1 A presente contratação está prevista no PCA 2024/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE.

2.1.2 A contratação dos serviços continuados de Transporte Escolar Diário para alunos de cursos técnicos e de nível superior, consta na programação orçamentária e financeira anual do Município.

### 2.2 Alinhamento Estratégico:

2.2.1 Esta pretendida contratação apresenta conformidade com os Programas e Ações do PPA 2024-2027 relacionados às atribuições desta Municipalidade, em conformidade com as suas competências, nos termos da Lei Municipal nº 997/2021.

## SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No momento da licitação a contratada deverá apresentar declaração de que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante. As licitantes devem ter atenção quanto à localização das rotas, principalmente as municipais, em virtude de estarem localizadas principalmente em





A empresa deverá adotar medidas para diminuir possíveis impactos ambientais, sendo solicitado, dentre outros:

3.5.1 Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA Nº 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;

3.5.2 Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA Nº 18, de 06/05/1986, e legislação correlata;

3.5.3 Atender, no que couber, à Resolução CONATRAM Nº 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade;

3.5.4 Adotar mecanismos e procedimentos de uso racional de água e energia elétrica e utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, conforme estabelece o Decreto Nº 2.830-R de 19/08/2011, e,

3.5.5 Disponibilizar ao menos uma lixeira dentro de cada um dos veículos.

### 3.7 Premissas e restrições:

Em relação direta com o problema apresentado, têm-se os seguintes normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a natureza:

- CF/88: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ( ...) VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, TRANSPORTE, alimentação e assistência à saúde (redação dada pela Emenda Constitucional Nº 59, de 2009)”;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96): “Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:
  - ... VII – assumir o TRANSPORTE ESCOLAR dos alunos da rede estadual (Incluído pela Lei Nº 10.709, de 31/07/2003). Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:
  - ... VI – assumir o TRANSPORTE ESCOLAR dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei nº 10.709, de 31/07/2003)”;
- Lei N.º 10.880/04: Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado;
- Resolução FNDE N.º 12/11: Art. 2º - O PNATE consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de recursos financeiros destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação, e, que residam a uma distância igual ou superior a 2.000 metros das escolas em que estão matriculados ou entre a escola e o ponto de embarque/desembarque. Antes desse limite, é responsabilidade dos pais levar o aluno até a escola ou até o ponto de embarque do transporte escolar, ou buscá-lo, visto que a obrigação é solidária, e,



- Lei 9.503/97- Código de Trânsito Brasileiro: Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal (DETRAN), a qual deve ser afixada na parte interna, em local visível, com inscrição da lotação permitida (sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante, que, via de regra, prescreve a quantidade de crianças que podem ser transportadas, em número maior do que se os passageiros fossem todos adultos), exigindo-se, para tanto:
  - I. Registro como veículo de passageiros (esta é a classificação quanto à espécie; em relação à categoria do veículo, o padrão é a classificação aluguel, por se tratar de uma atividade remunerada, exceção feita aos veículos de propriedade da Administração pública, que serão registrados como veículos oficiais);
  - II. Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
  - III. Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas (a falta desta simbologia caracteriza infração de trânsito do artigo 237, grave, sujeita à penalidade de multa e medida administrativa de retenção do veículo para regularização);
  - IV. Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (conhecido como tacógrafo) – ressalta-se que, para a extração, análise e interpretação dos dados registrados, há a necessidade de prévio treinamento do agente de trânsito, sob responsabilidade do fabricante, nos termos do artigo 4º da Resolução do Contran n. 92/99; além disso, no caso de ocorrência de trânsito com vítima, somente o perito oficial encarregado do levantamento pericial poderá retirar o disco ou unidade armazenadora do registro (Art. 279 do CTB);
  - V. Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
  - VI. Cintos de segurança em número igual à lotação, e,
  - VII. Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN [os principais equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito constam da Resolução Nº. 14/98], para cada tipo de veículo.
- Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.
- Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:
  - I. Ter idade superior a vinte e um anos;
  - II. Ser habilitado na categoria D;
  - III. (VETADO).
  - IV. Não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses, e,
  - V. Ser aprovado em curso especializado (condutor de veículo escolar), nos termos da regulamentação do CONTRAN.





Outra exigência, que não consta no Art. 138, mas também está contemplada no Código de Trânsito, é que os condutores de transporte escolar devem apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização (Art. 329).

- Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.
- Resolução nº 504, DE 29/10/2014 – Conselho Nacional de Trânsito (CONATRAN): Dispõe sobre a utilização obrigatória de espelhos retrovisores, equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares;
- Guia de Transporte Escolar do MEC: Contém normativos que disciplinam o transporte escolar, dicas preventivas, pré-requisitos do condutor e do veículo, dentre outras informações.

Normativos que deverão ser obedecidos no procedimento licitatório:

- Lei 14.133/2021: institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Decreto nº 3.722/2001: Regulamenta o Art. 34 da Lei Nº 8.666/1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- Lei nº 10.520/2002: Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação na modalidade pregão na forma eletrônica;
- Decreto Municipal nº 251/2020: Regulamenta a licitação na modalidade pregão na forma eletrônica no âmbito do Município;
- Lei Complementar 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e,
- Lei Municipal nº. 3.906/2011, alterada pela Lei Municipal nº. 4.378/2016: regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido dispensado as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no âmbito do Município.

Dessa forma, objetiva-se consolidar e expandir a interiorização, institucionalizar uma política de acompanhamento e redução, retenção e evasão na vida escolar e viabilizar a integração da escola/colégio com a sociedade.

**SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA** (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

4.1 De acordo com levantamento feito pelo FNDE, em apostila sobre Transporte escolar, disponível em <[Aspectos Regulatrios do Transporte.pdf](#)> acessado em 12 de novembro de 2024, verificou-se:

“A partir de uma amostra de mais de 2.200 municípios rurais, os regimes de execução do Transporte Escolar Rural mais comuns são:

- Valor por aluno



- Valor por
- Valor por quilômetro rodado
- Valor por quilômetro transportando alunos
- Valor fixo mensal

A opção mais utilizada é o valor por quilômetro rodado, cerca de 36% dos municípios.  
(Aspectos Regulatórios do Transporte Escolar, pg. 17)

A apostila apresenta ainda as desvantagens em relação a cada tipo de regime de execução.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DE ALGUNS REGIMES DE EXECUÇÃO:	
Modalidade	Principais Problemas
Valor por aluno	- O Poder Público tem dificuldades no controle da quantidade de alunos transportados; - Redução do pagamento do motorista quando diminui a quantidade de alunos transportados; Valor por aluno - O operador exclui alunos residentes em localidades distantes com intuito de reduzir o custo de operação (diminuindo a quilometragem percorrida), e, - Pode ocorrer do operador não ir até a residência do aluno e alegar que o mesmo está faltando à escola.
Valor por quilômetro rodado	- Dificuldade de controle da quilometragem rodada, necessita-se de equipamentos e presença de fiscais; - Possíveis adulterações, caso os valores de quilometragem sejam fornecidos pelos motoristas; - Utilização de caminhos mais longos, alegando mudança dos alunos, principalmente em regiões de assentamentos; - O processo de validação dos números fornecidos pelos operadores provocam atrasos no pagamento desses; - Em épocas de chuvas, por exemplo, o custo de alteração das rotas é crescente para o ente público, e, - O custo de inclusão de veículos não é muitas vezes assumido pelos operadores, o que, em vistas da elevada demanda de estudantes, acaba promovendo a superlotação dos veículos.
Valor por quilômetro transportando aluno	- Não considera e nem remunera a quilometragem morta (trecho entre a garagem e o início da linha); - O pagamento por quilômetro rodado pode levar o operador a colocar suas garagens em pontos mais remotos do município, e, - Complexidade em definir os trechos em que não estão sendo transportados alunos.
Valor fixo mensal	- O operador pode optar por uma redução na quantidade de alunos transportados e quilometragem percorrida, sem reduções nos valores fixos mensais recebidos.

Fonte: Disponível em: [HTTPS://www.fnnde.gov.br/aspectos\\_regulatorios\\_do\\_transporte\\_escolar](https://www.fnnde.gov.br/aspectos_regulatorios_do_transporte_escolar). Figura 10, Pg. 18.

4.1.1. Para a realidade local, observa-se a possibilidade do valor da contratação ser pelo valor do quilômetro rodado, pois a Administração tem condições reais e já possui conhecimento da distância das rotas, o que reduz ou inviabiliza o risco de superfaturamento por parte da Contratada, também porque sempre que é aumentada a rota, pelo fato de alunos novos, é feita a medição juntamente com o transportador. Além disso, embora previsível, não é possível quantificar com exatidão a quantidade de alunos ano a ano, por município, essa forma de contratação flexibiliza a inserção ou retirada de novos trechos quando necessário.

4.1.2. Destaca-se que seja considerado a possibilidade, na contratação inicial dos veículos de tipos diferenciados, como Kombi, van, micro-ônibus e ônibus, tendo em vista as condições das estradas que na maioria não é pavimentada (de chão), para as linhas municipais, pois em cada tipo de estrada e distância um tipo de veículo se adapta melhor e consegue trafegar, principalmente em situação de chuva forte.

4.1.3 A Administração observou ainda que em situação de chuva extrema, é possível que mesmo sendo um veículo adequado também não consiga transitar pela rota principal, o que faz com que seja utilizada rota alternativa, fazendo um desvio de rota cuja distância é maior, o que





aumenta os custos, justificando assim a execução do serviço por quilômetro rodado, de forma a se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.1.4 Por se tratar de contrato estimativo, somente na vigência do contrato, e no interesse da Administração, essa poderá avaliar possíveis trocas de tipo de veículo de tamanho/categoria.

4.1.5 Para isso, sempre observará prioritariamente, dentre outros aspectos, as condições das vias de acesso às escolas/colégios, a quantidade de alunos, a segurança dos usuários, o preço unitário do Km contratado e o interesse público. Assim, havendo alterações nos quantitativos de alunos e/ou melhorias nas condições da estrada, pode-se solicitar outro tipo de veículo, maior ou menor. A solicitação por troca de tipo de veículo pode ser tanto pela Administração quanto pelo transportador. As atuais rotas possuem média de quilometragem, considerando o ano letivo de 200 dias e demais apontamentos anteriores, a quantidade total estimada de quilômetros por tipo de veículo e a quantidade de veículos que poderão ser utilizados e que estão sendo licitados está discriminada na tabela a seguir:

4.2 Para atender a demanda de prestação de serviços de transporte escolar de alunos residentes no município e matriculados no ensino público, irrelevante se moradores de áreas rurais ou se, nas áreas urbanas, relacionados aos alunos vinculados a formação classificada pela alínea b do item 1.1 deste documento que especifica o seguinte:

*b) a formação educacional formal, ainda que em instituições localizadas em outros municípios, desde que em nível superior;*

ITEM	CÓD EQUIP.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO (LINHAS)	UNID.	QUANTD.
01	66504	TRANSP. ACAD. LINHA 1: PATO BRANCO. UTFPR - UNIDEP – SESI – MATER DEI  <u>Saída</u> da cidade de São Jorge D'Oeste às 17h.  <u>Ponto de partida:</u> portal do mercado do produtor.  <u>Pontos de embarque:</u> posto Coasul; ponto Fazenda Velha; ponto no trevo (ponto Mocelin/Cantu); ponto Vila Rural Lagos do Iguaçu (trevo Piracanjuba) e ponto na linha Volta Grande.  <u>Trajetos:</u> São Jorge D'Oeste -Verê – Itapejara D'Oeste – Pato Branco.  <u>Pontos de desembarque/embarque:</u> UTFPR (18h30); UNIDEP; SENAC; MATER DEI, e SENAI localizado no Bairro Menino Deus.  <u>Paradas de retorno:</u> SENAI (23h05); MATER DEI; SENAC; UNIDEP e UTFPR seguindo para São Jorge D'Oeste, no sentido inverso do trajeto acima.  <u>Pontos de desembarque:</u> ponto na linha Volta Grande; ponto vila rural Lagos do Iguaçu (trevo Piracanjuba);	KM	47.250



		<p>ponto no trevo (ponto Mocelin/Cantu); ponto Fazenda Velha; posto Coasul; entrada do Parque de Exposições (antigo CTG); em frente à Metalúrgica Catafesta; e na esquina da AV. Pref. Adelarte Debortoli com a Rua Concórdia.</p> <p><u>Pontos de desembarque/embarque (embarque de alunos do Dist. Dr Antonio Paranhos):</u> lanchonete Vento Sul; posto Irmãos Lourenço, segue para o Distrito Dr. Antonio Paranhos.</p> <p><u>Pontos de Desembarque:</u> Posto do Seco 2; e Escola Estadual do Distrito de Dr. Antônio Paranhos.</p> <p><u>Retorno sem passageiros para centro da cidade.</u></p> <p>Linha georreferenciada, com 225km/viagem.</p> <p>Demanda de ônibus com no mínimo 46 lugares.</p>		
02	66505	<p>TRANSP. ACAD. LINHA 2: DOIS VIZINHOS. UNISEP - SENAI –UTFPR.</p> <p style="text-align: center;"><b><u>NOTURNO</u></b></p> <p><u>Saída da cidade de São Jorge D'Oeste às 18h.</u></p> <p><u>Ponto de partida:</u> portal do mercado do produtor.</p> <p><u>Pontos de embarque:</u> posto Coasul; ponto Fazenda Velha; ponto no trevo (ponto Mocelin/Cantu); ponto vila rural Lagos do Iguaçu (trevo Piracanjuba) e ponto na linha Volta Grande.</p> <p><u>Trajetos:</u> São Jorge D'Oeste – Dois vizinhos.</p> <p><u>Pontos de desembarque/embarque:</u> UNISEP; SENAI; e UTFPR.</p> <p><u>Paradas de retorno:</u> UTFPR (23h); SENAI; E UNISEP seguindo para São Jorge D'Oeste, no sentido inverso do trajeto acima.</p> <p><u>Pontos de desembarque:</u> ponto na linha Volta Grande; ponto vila rural Lagos do Iguaçu (trevo Piracanjuba); ponto Fazenda Velha; posto Coasul; entrada do Parque de Exposições (antigo CTG); em frente à Metalúrgica Catafesta; e na esquina da AV. Pref. Adelarte Debortoli com a Rua Concórdia; lanchonete Vento Sul; posto Irmãos Lourenço.</p> <p>Linha georreferenciada, com aproximadamente 104km/viagem.</p> <p>Demanda de ônibus com no mínimo 40 lugares.</p>	KM	21.840
03	66506	<p>TRANSP. ACAD. LINHA 3: FRANCISCO BELTRÃO.</p> <p>UNISEP – UNIPAR - SENAI.</p>	KM	30.240





		<p><u>Saída</u> da cidade de São Jorge D'Oeste às 17h30.</p> <p><u>Ponto de partida</u>: portal do mercado do produtor.</p> <p><u>Pontos de embarque</u>: entrada do Parque de Exposições (antigo CTG); posto Coasul; ponto Fazenda Velha; ponto no trevo (ponto Mocelin/Cantu); ponto vila rural Lagos do Iguaçu (trevo Piracanjuba) e ponto na linha Volta Grande.</p> <p><u>Trajetos</u>: São Jorge D'Oeste – Dois vizinhos – Francisco Beltrão (Via Pinheirinho).</p> <p><u>Pontos de desembarque/embarque</u>: UNISEP; UNIPAR; e SENAI.</p> <p><u>Paradas de retorno</u>: SENAI; UNIPAR; e UNISEP seguindo para São Jorge D'Oeste, no sentido inverso do trajeto acima.</p> <p><u>Pontos de desembarque</u>: ponto na linha Volta Grande; ponto vila rural Lagos do Iguaçu (trevo Piracanjuba); ponto Fazenda Velha; posto Coasul; entrada do Parque de Exposições (antigo CTG); em frente à Metalúrgica Catafesta; e na esquina da AV. Pref. Adelarte Debortoli com a Rua Concórdia; lanchonete Vento Sul; posto Irmãos Lourenço.</p> <p>Linha georreferenciada, com aproximadamente 144km/viagem.</p> <p>Demanda de ônibus com no mínimo 46 lugares.</p>		
04	66507	<p>TRANSP. ACAD. LINHA 4: DOIS VIZINHOS. UNISEP - UTFPR.</p> <p style="text-align: center;"><b><u>DIURNO</u></b></p> <p><u>Saída</u> da cidade de São Jorge D'Oeste às 6h20.</p> <p><u>Ponto de partida</u>: portal do mercado do produtor.</p> <p><u>Pontos de embarque</u>: posto Coasul; ponto Fazenda Velha; ponto no trevo (ponto Mocelin/Cantu); ponto vila rural Lagos do Iguaçu (trevo Piracanjuba) e ponto na linha Volta Grande.</p> <p><u>Trajetos</u>: São Jorge D'Oeste – Dois vizinhos.</p> <p><u>Pontos de desembarque/embarque</u>: UNISEP; e UTFPR.</p> <p><u>Paradas de retorno</u>: UTFPR (12h10); e UNISEP seguindo para São Jorge D'Oeste, no sentido inverso do trajeto acima.</p> <p><u>Pontos de desembarque</u>: ponto na linha Volta Grande; ponto vila rural Lagos do Iguaçu (trevo Piracanjuba); ponto Fazenda Velha; posto Coasul; entrada do Parque de Exposições (antigo CTG); em frente à Metalúrgica Catafesta; e na esquina da AV. Pref. Adelarte Debortoli</p>	KM	29.400



		com a Rua Concórdia; lanchonete Vento Sul; posto Irmãos Lourenço.  Linha georreferenciada, com aproximadamente 140km/viagem.  Demanda de ônibus com no mínimo 40 lugares.		
05	66508	TRANSP ACAD. LINHA 5: FRANCISCO BELTRÃO.  UTFPR - UNIOESTE.  <u>Saída</u> da cidade de São Jorge D'Oeste às 17h30.  <u>Ponto de partida:</u> portal do mercado do produtor.  <u>Pontos de embarque:</u> entrada do Parque de Exposições (antigo CTG); posto Coasul; ponto Fazenda Velha; ponto no trevo (ponto Mocelin/Cantu); ponto vila rural Lagos do Iguaçu (trevo Piracanjuba) e ponto na linha Volta Grande.  <u>Trajetos:</u> São Jorge D'Oeste – Dois vizinhos – Francisco Beltrão (Via contorno Pato Branco).  <u>Pontos de desembarque/embarque:</u> UTFPR; e UNIOESTE.  <u>Paradas de retorno:</u> UNIOESTE; e UTFPR seguindo para São Jorge D'Oeste, no sentido inverso do trajeto acima.  <u>Pontos de desembarque:</u> ponto na linha Volta Grande; ponto vila rural Lagos do Iguaçu (trevo Piracanjuba); ponto Fazenda Velha; posto Coasul; entrada do Parque de Exposições (antigo CTG); em frente à Metalúrgica Catafesta; e na esquina da AV. Pref. Adelarte Debortoli com a Rua Concórdia; lanchonete Vento Sul; posto Irmãos Lourenço.  Linha georreferenciada, com aproximadamente 170km/viagem.  Demanda de ônibus com no mínimo 40 lugares.	KM	35.700

**SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO** (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado:

**5.1 Cenário 01** – Análise da situação atual da frota municipal, não se vislumbra por este estudo, a possibilidade de neste momento, outro cenário senão a terceirização de parte das linhas de transporte escolar, uma vez que, a Administração encontra-se diante do dilema: Não tem





ônibus ou outros veículos para tomar a decisão de assumir a totalidade das linhas com veículos próprios, e ao mesmo tempo, não se ponderar paralisar os veículos dos quais já dispõe, bem como dos servidores contratados para a função de motoristas, para que terceirizasse a totalidade das linhas para transporte dos alunos do município.

Esta é uma decisão que depois da sua propositura, deve a Administração, prepara-se na condição de investimento em veículos necessários se for por atender o transporte dos alunos pela frota própria, da mesma forma, planejar sobre o remanejamento dos servidores que ocupam a função de motoristas, para que fiquem na ociosidade/em disponibilidade.

Assim, configura-se uma questão de continuidade do atual sistema, uma vez que a Administração, não está preparada para tomar essa decisão.

**SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

6.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

6.2. O preço total estimado da contratação é R\$ 1.305.990,00 (Um milhão, trezentos e cinco mil, novecentos e noventa reais), conforme pesquisa de preços, realizada em conformidade com o Decreto Municipal nº 3.927/2023.

6.3. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base nos parâmetros e calculado em conformidade com o Decreto nº 3.927/2023, cujo documento de Orçamento Estimado, que contém memória de cálculo, será anexado aos autos da contratação, indicando os parâmetros, a metodologia e os preços referenciais utilizados no cálculo estimativo.

6.4. Para efeitos de parametrização orçamentária e para composição da estimativa de preços, foi utilizada a tabela abaixo:

Planilha que representa as demandas para o transporte intermunicipal, destinado atender a Lei Nº 779/2017



Município de <b>SÃO JORGE D'OESTE</b> Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03												
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO												
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ACADEMICOS E CURSOS TECNICOS PROFISSIONALIZANTES CONFORME LEI 779/2017												
		NOME DA EMPRESA						CNPJ		Data / Cotação		
COTAÇÃO 1		IRACI TERZINHA BARIVIERA & CIA LTDA						02.954.6138/0001-55		26/03/25		
COTAÇÃO 2		EDIANE POMPEO DA SILVA & CIA LTDA						08.008.866/0001-50		26/03/25		
COTAÇÃO 3		LOVATTO & TEDESCO TRANSPORTES LTDA						59.210.288/0001-71		28/03/25		
COTAÇÃO 4		UNITUR TRANSPORTES LTDA						17.332.326/0001-19		28/03/25		
VALOR R\$												
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global	
1	TRANSP. ACAD. LINHA 1: PATO BRANCO. UTFPR - UNIDEP - Sesi - MATER DEL	KM	47250	8,05	8,00	8,50	7,80	7,80	8,50	8,09	368.550,00	
2	TRANSP. ACAD. LINHA 2: DOIS VIZINHOS. UNISEP - SENAI - UTFPR. NOTURNO	KM	21840	8,05	8,00	8,50	8,70	8,00	8,70	8,31	174.720,00	
3	TRANSP. ACAD. LINHA 3: FRANCISCO BELTRÃO, UNISEP - UNIPAR - SENAI	KM	30240	8,05	8,00	8,50	8,00	8,00	8,50	8,14	241.920,00	
4	TRANSP. ACAD. LINHA 4 : DOIS VIZINHOS-UNISEP - UTFPR - DIURNO	KM	29400	8,05	8,00	8,50	8,00	8,00	8,50	8,14	235.200,00	
5	TRANSP. ACAD. LINHA 5: FRANCISCO BELTRÃO - UTFPR - UNIOESTE	KM	35700	8,05	8,00	8,50	8,00	8,00	8,50	8,14	285.600,00	
Responsável pela cotação				APROVAÇÃO:				TOTAL: 1.305.990,00				
LIOMAR SIEGA				I ] COMPRO DIRETA								
OBS.: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇO EM EMPRESAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE - PR E FOI ADOPTADO CRITÉRIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.				I ] CONTRATO								
				IX ] LICITAÇÃO								
São Jorge D'Oeste, 31 de março de 2025.								ASSINATURA DO RESPONSÁVEL				

**SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### 7.1 Identificação de soluções:

7.1.1 Por meio dos estudos realizados, foram analisadas diferentes soluções, em que foi avaliada sua capacidade de solucionar o problema descrito na Seção 1 deste ETP, e ainda a relação custo-benefício entre as soluções.

7.1.2 Assim, foram identificadas as seguintes possíveis soluções:

7.1.2.1 Solução 1: Aquisição de novos veículos pela Administração:

Consideramos **inviável** pois neste momento o Município não possui orçamento disponível para tal aquisição, e mesmo havendo a possibilidade, entendemos que o prazo para a realização de uma licitação até a entrega dos veículos seria maior que a contratação de uma empresa para realizar a prestação dos serviços, lembrando ainda da possibilidade da licitação ser fracassada ou deserta, por exemplo.

7.1.2.2 Solução 2: Contratação de empresa terceirizada:

Consideramos **VIÁVEL** pois teoricamente, é possível promover maior conforto aos usuários, uma vez que se pode exigir em edital os parâmetros necessários para um deslocamento tranquilo e confortável. Outro ponto positivo é que, quando necessário, é possível contratar mais facilmente empresas terceirizadas, ao invés de aguardar até que o Município consiga adquirir veículos suficientes. Dessa forma, poderão ser diminuídas as rotas, que atualmente se mostram





cada vez maiores, aumentando o desgaste dos veículos oficiais, os custos e consequentemente reduzindo a qualidade do serviço oferecido. Ainda, propicia a diminuição de recursos financeiros com custos operacionais com mão de obra, entre outros.

Através da contratação de uma empresa que apresente todos os requisitos exigidos, estaremos dando continuidade aos serviços já prestados à população.

## 7.2 Definição da solução escolhida

7.2.1 Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.2. Conforme já descrito o cenário 1: Terceirização dos serviços de transporte dos estudantes.

## 7.3 Característica do objeto:

7.3.1 O objeto a ser contratado é Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.3.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

7.3.2.1 É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;

7.3.2.2 É ordinário, sem peculiaridades ou características especiais;

7.3.2.3 É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e

7.3.3 Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

## 7.4 Definição da natureza de execução do objeto:

7.4.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que são serviços de fornecimento contínuo aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

## 7.6 Modelo adotado:

7.6.1 O modelo a ser adotado para a presente contratação será a solução 2, admitida para o Cenário 1, assim, pretende-se a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DOS ESTUDANTES.

## 7.7 Justificativa da escolha da solução:

7.7.2 A análise das opções oferecidas pelo mercado, conforme relatado neste ETP, demonstra que o modelo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE



DOS ESTUDANTES, trata-se de uma abordagem/solução mais flexível e adaptável à realidade atual da Administração Municipal.

#### 7.8 Regime de fornecimento:

7.8.1 Tendo em vista a necessidade de fornecimento dos serviços contratados, a execução deverá ser de modo imediato e contínuo.

#### 7.9 Vigência do contrato:

7.9.1 Orienta-se para o prazo de vigência contratual de no mínimo 12 (doze) meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada do Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.9.2 Considerando que o objeto contratado é de natureza continuada, a vigência do contrato é prorrogável nos termos do Art. 107, Art. 108 e do ART. 125 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

**SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO** (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. Para a contratação pretendida foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto por Item.

**SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1 Considerando que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, *são apontados os resultados pretendidos, em termos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade*, em busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como de desenvolvimento nacional sustentável.

9.2 Assim, a presente contratação pretende alcançar o(s) seguinte(s) resultado(s):

9.2.1 Todos os jovens e crianças em idade escolar terão a disposição o transporte adequado para frequentar de modo ininterrupto as aulas durante todo o período letivo;

9.2.2 O município possibilita a formação dos acadêmicos de modo uniforme e igualitário, dando condições de frequentar diversas instituições educacionais, sejam privadas ou públicas, para que a população jovem do município se desenvolva profissionalmente e quiça retribua com o desenvolvimento do próprio município.

**SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO** (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).





10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.

10.2. No que tange a necessidade de serem tomadas providências para adequação do ambiente da instituição, frisa-se que não há necessidade de adequação da organização para que a contratação surta seus efeitos.

10.3. Ademais, pela característica do objeto aqui tratado, há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

**SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES** (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. Para atendimento da finalidade da contratação, não há contratações correlatas e/ou interdependentes da presente contratação.

**SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS** (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Tendo em vista a natureza do objeto que se pretende contratar, é necessário que o Fornecedor, no âmbito de suas atividades, atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância das boas práticas e das normas pertinentes, pontuados na matriz de riscos adotada para esta contratação.

#### 12.1. ANÁLISE DE RISCO

12.1.1. A análise de riscos é o processo de compreender a natureza e determinar o nível de risco, de modo a subsidiar a avaliação e o tratamento do risco (ABNT, 2009). O risco é uma função tanto da probabilidade como da medida das consequências. Desse modo, o nível do risco é expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento e das consequências resultantes no caso de materialização do evento, ou seja, do impacto nos objetivos. O resultado final desse processo será o de atribuir a cada risco identificado uma classificação, tanto para a probabilidade como para o impacto do evento, cuja combinação determinará o nível do risco. A identificação de fatores que afetam a probabilidade e as consequências também é parte da análise de riscos, incluindo a apreciação das causas, as fontes e as consequências positivas ou negativas do risco. Referencial básico de Gestão de Riscos, Tribunal de Contas da União (TCU), 2018.

12.1.2 Risco é o efeito da incerteza sobre objetivos estabelecidos. É a possibilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos.

12.1.3 Gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. É o processo que visa conferir razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos.

12.1.3 Para a análise de risco será utilizado o método qualitativo, que define o impacto versus probabilidade e, também o nível da escala de risco por qualificadores numéricos que determinarão o método qualitativo como: BAIXO, MÉDIO, ALTO, EXTREMO, facilitando com base na percepção das pessoas para análise. A relação entre os riscos e os seus componentes pode ser ilustrada por meio de uma matriz que se correlaciona com as variantes impacto e probabilidade; segue-se a imagem abaixo:

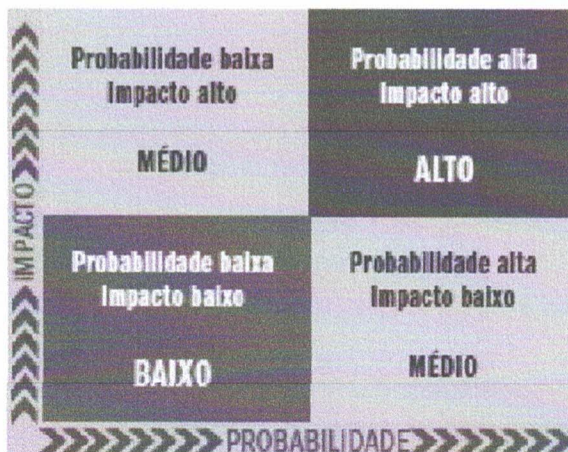


Figura 01 - Matriz de riscos simples

## 12.2 - MATRIZ DE RISCOS

12.2.1 Utilizando-se da matriz de PROBABILIDADE x IMPACTO, imagem abaixo, conforme orientação da equipe de planejamento de licitações desta Municipalidade, (modelado em consonância com as diretrizes de compliance da Controladoria-Geral, CGE/GO), temos a seguinte Matriz de Probabilidade x Impacto:

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				





Escala de Níveis de Risco		
(Nível de Risco = Peso Prob. x Peso Impacto)		
Escala	De	Até
Baixo	1	4
Médio	5	9
Alto	10	30
Extremo	31	80

Figura 02 - Matriz de riscos - Probabilidade x Impacto

12.2.2 A avaliação dos riscos deve seguir os seguintes passos:

1º). Identificar, para os riscos acima do limite, as respectivas fontes, causas e eventuais consequências sobre a organização como um todo;

2º). Identificar os riscos que estão abaixo do limite de exposição (**faixa laranja**); identificar, na matriz probabilidade x impacto, os riscos cujos níveis estão acima do limite de exposição ao risco; e riscos inaceitáveis, hipótese que não será admitida (**faixa vermelha** da matriz);

3º). Para os riscos cujos níveis se encontram na **faixa amarela** deverá ser avaliada a necessidade de monitoramento;

4º). Os riscos cujos níveis se encontram na **faixa verde** poderão ser aceitos.

12.2.3 Com base na análise de riscos e na sua classificação, os riscos identificados estão alinhados com os objetivos desta contratação e são assim classificados: PROBABILIDADE ALTA e IMPACTO ALTO. Como forma de mitigar o impacto do risco supramencionado seria de extrema relevância a aquisição de estações de trabalho.

### 12.3 ANÁLISE INDIVIDUAL DOS RISCOS

12.3.1 RISCO 1 - A não contratação de empresas para a prestação dos serviços de transporte para os alunos.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:



Probabilidade 1 (Raro)  
Impacto 1 (Desprezível)  
Classificação do risco: 1 – Faixa verde: Aceitável.

2. Ausência de empresas com interesse em participar do certame.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:  
Probabilidade 3 (Possível)  
Impacto 4 (Moderado)  
Classificação do risco: 12 – Faixa Laranja: limite de exposição ao risco.

3. Ausência de contratos (VIGENCIA/SALDO CONTRATUAL)

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:  
Probabilidade 5 (Quase certo)  
Impacto 16 (Catastrófico)  
Classificação do risco: 80 – Faixa vermelha: inaceitável.





4. Comprometimento da participação/frequência dos alunos que utilizam os serviços de transporte nas aulas.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 8 (Maior)

Classificação do risco: 24 – Faixa laranja: limite de exposição ao risco.

5. Atraso na realização do processo licitatório.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 4 (Moderado)

Classificação do risco: 12 – Faixa laranja: O risco deve ser monitorado.

**SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1. Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução: Prestação de serviços de transporte de estudantes, informada neste Estudo Técnico Preliminar, mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação e o adequado atendimento às demandas apresentadas. Além do mais, os custos previstos são compatíveis e atendem à economicidade; os riscos envolvidos



são administráveis; e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

A Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

#### RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE ETP:

Jonica M. Caetano  
Decreto nº 2862/2025

Clodoaldo Blank  
Agente de Contratação – Fase Interna  
Portaria nº 2865/2025

Marilce Colaca  
Fiscal Técnica do contrato pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.  
Decreto nº 4591/2025

Clair Mariano da Costa  
Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças  
Decreto nº 4496/2025

Nelde Lorencena  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Decreto nº 4484/2025

Versão do Doc. Padrão 01/2025

São Jorge D'Oeste – PR, aos 02 dias do mês de abril de 2025.